



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 12 No 3 Abril 2010



Desafios de Energia Uma resposta regional



por Kizito Sikuka

POLÍTICA	3
AGRICULTURA	4
COMÉRCIO E INVESTIMENTO	5
INFRA-ESTRUTURA	6
AMBIENTE	7
RUMO A 2010	8-9
ENERGIA	10-11
EDUCAÇÃO	12
GÉNERO	13
PAZ E SEGURANÇA	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

OS ESTADOS Membros da SADC estão trabalhar no sentido de por termo a actual carência de energia na região, através de medidas estruturais, operacionais e institucionais que visam conter os desafios que impedem o desenvolvimento do sector.

As estratégias, que são abrangentes, incluem orientações para a regulação do comércio transfronteiriço de energia na África Austral e um quadro de tarifas de baixo custo na região.

Os Ministros Responsáveis pelo Sector de Energia na SADC aprovaram essas medidas na sua reunião realizada nos dias 27-28 de Abril em Luanda, Angola, quando adoptaram um vasto leque de medidas destinadas a atrair investimentos para o sector.

Espera-se que as orientações sobre o comércio transfronteiriço resolvam alguns dos constrangimentos no comércio

transfronteiriço de energia, tais como problemas de licenciamento e os poderes das autoridades reguladoras dos exportadores, importadores e dos Países de trânsito.

Aprovação das directrizes poderá agilizar o comércio intraregional de energia, bem como atrair mais investimentos na transmissão de energia e centrais eléctricas.

Os custos das tarifas por terem aumentado para níveis que podem justificar a injeção de capital privado para o sector, serão revistos de modo a que as famílias de baixa renda continuem a ter acesso a electricidade a um custo acessível.

Os investidores têm expressado preocupações pelo facto das baixas tarifas os impedirem de desenvolver projectos na região, pois haveria poucos ganhos resultantes dos enormes investimentos. No entanto, outros sectores têm manifestado

preocupação com os efeitos inflacionários do aumento muito rápido das tarifas.

Na reunião de Luanda, os Ministros apelaram a uma revisão abrangente e racionalização dos instrumentos que regem o sector da energia tais como o Protocolo da SADC sobre Energia e o Plano de Actividades de Energia da SADC.

O Plano de Actividades, que foi revisto pela última vez há 10 anos, é um documento fundamental que orienta a SADC e Parceiros de Cooperação Internacional (PCI) uma vez que identifica as actividades e prioridades para aplicação a curto e médio prazo.

Os outros instrumentos como a Política de Energia da SADC e o Plano de Acção e Estratégia de Acesso a Energia na SADC também têm um papel crucial no planeamento e execução dos projectos.

continua na página 2...

Desafios de Energia: Uma Resposta Regional

continuação da página 1...

Os ministros disseram que a revisão destes instrumentos é essencial.

"A região da SADC é relativamente dotada de recursos de energia, mas não foi capaz de realizar todo o seu potencial devido a um conjunto de problemas estruturais, os desafios operacionais e de desenvolvimento institucional inibindo a sua rápida recuperação", disseram os ministros num comunicado divulgado após a reunião.

Alguns dos recursos energéticos sub-utilizados na África Austral são as energias solar, eólica e hídrica, com alguns projectos prioritários identificados desde os anos 1980 ainda não implementados.

Apesar deste enorme potencial, a África Austral tem vindo a atravessar uma grave escassez há mais de uma década, devido à falta de investimento em grandes projectos de produção de energia.

Desafios estruturais e operacionais, tais como tarifas mais baixas e de longo procedimentos para os concursos foram identificados como os principais entraves ao investimento no sector.

“Estudos recentes feitos pelo Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) mostram que a região é capaz de duplicar a sua capacidade actual de cerca de 49 mil megawatts de electricidade através de projectos de menor custo já identificadas nos Estados-Membros por um período de 10-15 anos”

No que diz respeito às reformas chave na produção de petróleo e gás, os ministros concordaram que deve ser constituída até Julho uma associação regional para gerir essas questões.

Apesar de todos os Estados-membros estarem a usar produtos petrolíferos para mover as viaturas e outras máquinas, alguns têm abraçado o gás natural que existe em abundância em muitas partes da região.

Após a aprovação do Plano Regional de Acção e Estratégia de Acesso à Energia na SADC durante a reunião, os ministros instaram os Estados-Membros a desenvolver roteiros nacionais de energia que considerem todos os

factores, incluindo as alterações climáticas, bem como o impulso renovado para o acesso à energia, energias renováveis e eficiência.

Os roteiros nacionais devem ser desenvolvidos até Outubro para que sejam consolidados num roteiro regional para ser utilizado para mobilização de recursos.

No domínio institucional, a reunião do Secretariado da SADC apelou aos Estados-Membros, ao SAPP, a Associação de Reguladores de Electricidade Regional da África Austral (RERA) e todas as partes interessadas para trabalharem em conjunto na implementação de projectos de energia.

"Os Ministros apelaram para a prossecução dos princípios da cooperação regional e salientaram que o Secretariado assistido pelos Estados-Membros, SAPP e RERA deve assegurar que o investimento seja coordenado e que uma abordagem holística para abordar os problemas identificados esteja em vigor."

Espera-se que o SAPP e RERA também acompanhem as recomendações das conferências de investimento realizada em Livingstone, na Zâmbia, no final de 2009, e em Frankfurt, Alemanha, em Março de 2010.

Nas duas conferências, os potenciais investidores, disseram que projectos regionais poderiam atrair a atenção se fossem suficientemente consolidados e apresentados a possíveis financiadores.

“Outras recomendações importantes são de que os projectos devem ter uma abordagem regional e não nacional, e que não há necessidade de a região ter sistemas semelhantes de regulamentação para assegurar a aplicação harmoniosa dos projectos.”

Os Ministros de Energia da SADC instaram os Estados-Membros a continuar a implementar o Programa de Energia de Conservação de Biomassa (ProBEC), cujo financiamento alemão termina no fim de Dezembro.

O programa ProBEC está sendo implementado em sete

Países - Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia e Zâmbia - e poderá retomar brevemente no Zimbábue na sequência de uma directiva dos ministros em 2009.

O projecto visa reforçar as capacidades e os compromissos dos governos e instituições de desenvolvimento dos Estados-Membros para planejar e implementar programas integrados de conservação de energia de biomassa.

O ProBEC tem contribuído para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida das populações pobres rurais e urbanas nos países da SADC aos lhes permitir cumprir as necessidades energéticas familiares e de pequenas indústrias de forma socialmente e ambientalmente sustentáveis.

A biomassa é considerada como uma das fontes de energia mais importante na região uma vez que é usada pela maioria das pessoas.

“De acordo com dados disponíveis, cerca de 80 por cento da população da SADC usa a biomassa, como o caso da lenha e resíduos agrícolas para cozinhar e aquecer”

Em conformidade com os objectivos de energia limpa, a região pretende criar uma Facilidade de Carbono da SADC, alinhado ao processo de mudanças climáticas. Os rendimentos provenientes da venda de créditos de carbono seriam canalizadas para apoiar as actividades de energia de biomassa na região.

A SADC diz que a facilidade de carbono poderá gerir um número de actividades de projectos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) com base nos programas do actual ProBEC e outras actividades de promoção de tecnologias eficientes de cozinha.

Os ministros discutiram e analisaram a situação actual oferta regional de electricidade. Notou-se que a região da SADC tem uma

capacidade disponível equivalente a cerca de 48.650 MW. Isto representa um défice anual de 1.248 MW para 2010. (Ver tabela).

Fornecimento e procura actual e futura

Ano	Procura prevista [MW]	Anual Aumento na procura [MW]	Disponível Capacidade [MW]	Aumento anual da procura [MW]	Crise anual de energia [MW]
2010	49,897	1800	48,649	807	-1248
2011	52,098	2201	49,456	1751	-2642
2012	53,996	1898	51,207	3905	-2789
2013	55,520	1524	55,112	4189	-408
2014	56,969	1449	59,301	9090	+2332

Os Ministros observaram que, em 2010, o SAPP espera iniciar projectos que vão acrescentar cerca de 840 MW para a rede regional.

Um total de 70 MW já estão a ser produzidos no Botswana, aguardando-se que os restantes estejam disponíveis até o final do ano.

Espera-se que a Eskom, da África do Sul, efectue um fornecimento adicional estimado em 598 MW que serão produzidos a partir de duas centrais - A Estação Térmica de Komati e a Co-Geração a gás.

A ENE de Angola vai fornecer 120 MW a partir de suas duas centrais hidroeléctricas em Gove e Lobito, enquanto a Zesco, da Zâmbia, vai acrescentar 15 MW da central hidroeléctrica de Kariba Norte.

No ano passado, o SAPP foi capaz de acrescentar um total de 2.187 MW, contra uma meta prevista de 2.400 MW.

Os ministros disseram que há necessidade de mais discussões sobre o Projecto de Energia do Corredor Oeste (WESTCOR), que já terminou.

"Apelamos a República Democrática do Congo para facilitar a realização de uma reunião de altos funcionários do WESTCOR para discutir o desenvolvimento de um novo projecto com um novo mandato, com base numa possível exploração de esquemas alternativos."

O projecto WESTCOR iniciou há alguns anos para desenvolver o projecto de energia Inga III na RDC, mas terminou quando um outro investidor se comprometeu com o trabalho.

A próxima reunião dos Ministros Responsáveis pela Energia da SADC está prevista para 2011, em Gaborone, Botswana. □

Conselho de Ministros da SADC discute Agricultura, Segurança Alimentar e Mudança Climáticas

A SADC nomeou uma equipe de facilitadores para trabalhar com o Conselho Cristão do Lesotho (CCL) na busca de uma solução duradoura para a situação política no país.

A Troika do Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC fez revelar o facto numa reunião realizada em Maseru, Lesotho.

A equipe de facilitadores e do CCL, entre outras coisas deverá produzir um roteiro sobre a maneira como o país poderá enfrentar os seus desafios.

"O roteiro deve ser apresentado ao Presidente do Órgão de Política, Defesa e Segurança [Presidente moçambicano, Armando Guebuza] ... e servirá de base para o acompanhamento dos progressos alcançados no âmbito do diálogo político pós-eleitoral", referiu a Troika num comunicado.

As principais questões controversas e como lidar com elas deverá constar no roteiro, incluindo a partilha de responsabilidades entre as diferentes partes interessadas.

Espera-se que o roteiro também recomende um período para revisão da Constituição e da lei eleitoral, em preparação para as eleições gerais previstas para 2011.

O Lesotho mergulhou-se num impasse político após as eleições legislativas de Fevereiro de 2007, que viu vários partidos da oposição a contestarem a forma como os assentos foram atribuídos pela Comissão Eleitoral Independente.

O Lesotho usa o sistema eleitoral proporcional que combina elementos de outros dois sistemas de representação. Um total de 80 assentos no parlamento de 120 membros 120 preenchidos usando sistema de representação proporcional e

estão ligados aos círculos eleitorais específicos, enquanto os 40 restantes são preenchidos com o sistema de representação directa, a fim de garantir que o número de cada parte dos assentos legislativos reflecta mais ou menos a sua proporção dos votos.

Nas eleições de 2007, a decisão do Congresso da Democracia do Lesotho (LCD) que esteve coligado com o Partido da Independência Nacional (PIN), ganhou 61 dos círculos eleitorais directamente disputados.

O seu principal rival, A Convenção de Todo o Basotho (ABC), que também entrou se coligou com o Partido dos Trabalhadores Lesoto (PLT), ficou em segundo lugar com 17 lugares. A aliança de partidos do Congresso teve um assento.

O LCD e a ABC fizeram acordos com pequenos partidos enquanto que os grandes partidos concorreram sozinhos e os partidos menores submeteram somente listas partidárias para os lugares de compensação, mesmo que essas listas também incluem membros do maior partido.

Nesse acordo, o PIN foi atribuído 21 lugares compensatórios dando a aliança 82 assentos na Assembleia Nacional, ou 68,3 por cento dos assentos, enquanto o LWP foi atribuído 10 assentos compensatórios dando a aliança 27 lugares ou 22,5 por cento dos assentos.

No entanto, vários partidos da oposição argumentaram que a Comissão Eleitoral Independente deveria ter tido em conta que os maiores partidos tinham feito uma coligação e deve ser tratados como tal.

A redistribuição de lugares nesta base fez com que o LCD /

NIP perdessem um número de lugares e a sua maioria no parlamento foi reduzida.

Todas as outras partes ganhariam assentos. O ABC / LWP ganharia dois lugares e se tornaria o segundo maior grupo no Parlamento e alcançaria o estatuto de oposição oficial.

Outros partidos da oposição, incluindo o Lesotho New Freedom Party, que não está representado no parlamento, que também teriam ganho assentos. Um total de 19 partidos políticos participaram nas eleições de Fevereiro de 2007.

SADC disse que o povo de Basotho, independentemente das suas diferenças, deve comprometer-se no sentido de resolver os seus problemas através do diálogo.

"A Cimeira da Troika convida a todos os interessados para o diálogo político pós-eleitoral para assegurar a sua disponibilidade e participação plena no processo conducente a uma solução duradoura para os desafios enfrentados pelo país, colocando os interesses da nação Basotho no coração", referiu a Troika, acrescentando que iria continuar a ocupar-se com o diálogo político em curso. □

UA impõe sanções sobre o Governo Rajoelina em Madagáscar

A UNIÃO Africana impôs sanções ao líder do Madagascar, Andry Rajoelina, que tomou o poder do Presidente Marc Ravalomanana em Março 2009, durante manifestações públicas apoiadas pelos militares.

As sanções, que entraram em vigor a 17 de Março de 2010, incluem a proibição de viagem, congelamento de fundos e outros activos financeiros e recursos económicos, bem como o isolamento diplomático, contra Rajoelina e os principais membros do seu partido.

"A União Africana exorta a todos os Estados-Membros a alargar a sua cooperação para que a implementação dessas sanções."

Organizações multilaterais como as Nações Unidas e a União Europeia também devem apoiar esta decisão e abster-se de quaisquer acções que possam minar os esforços da União Africana para restaurar a ordem constitucional em Madagáscar.

A crise política em Madagáscar ressurgiu o ano passado, quando Rajoelina tomou o poder do presidente Ravalomanana numa manifestação pública apoiada pelos militares, um método semelhante ao utilizado por Ravalomanana quando tomou o poder, alguns anos antes, das mãos do seu antecessor, Didier Ratsiraka.

Num esforço para resolver a situação, a SADC iniciou conversações de paz lideradas pelo ex-líder de Moçambique, Joaquim Chissano, em que Rajoelina, Ravalomanana e outros dois ex-presidentes, incluindo Ratsiraka, concordaram em estabelecer um governo de transição para dirigir o país até a realização de novas eleições em 2010.

Todavia, a implementação deste acordo vacilou e a UA identificou Rajoelina como sendo o principal culpado - portanto, a imposição de sanções.

A União Africana disse que continuará a trabalhar em conjunto com a SADC e outras organizações regionais e internacionais para encontrar uma solução.

A SADC suspendeu o Madagáscar em 2009. □

Projecto de Sementes vai fomentar a segurança alimentar regional

O LANÇAMENTO de um projecto de quatro anos para apoiar um Sistema Harmonizado de Regulamentos de Sementes na SADC vai ajudar a impulsionar a segurança alimentar regional na África Austral.

A Rede de Análise das Políticas de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANRPAN) anunciou

Moçambique vai exportar arroz em 2015

MOÇAMBIQUE PODE se tornar num exportador de cereais em 2015, quando o país atingirá auto-suficiência alimentar, afirmou um funcionário do governo.

O Assessor do Ministério da Agricultura, Ventura Macamo, disse que Moçambique tem capacidade de aumentar a produção graças aos recentes compromissos assumidos por parte do Japão e do Brasil em prestar apoio técnico e financeiro.

"O governo gostaria de acabar com o défice na produção de arroz", disse Macamo. "Acreditamos que cinco anos de um bom investimento provavelmente pode tornar o país auto-suficiente."

Moçambique consome cerca de 500 mil toneladas de arroz, mas produz apenas 260 mil toneladas, e depende de importações para suprir o défice.

As exportações de Moçambique poderão aumentar a concorrência no mercado mundial de arroz, actualmente dominado pela Tailândia e Vietname, além de ajudar a erradicar a pobreza e a desnutrição na África Austral e no continente Africano.

O Japão e o Brasil iniciaram recentemente um projecto que visa transformar savana tropical de Moçambique em terra de cultivo. (Macauhub) □

em Fevereiro uma contribuição de 4.1 milhões de dólares para apoiar esta iniciativa através da Agência Sueca para o Desenvolvimento e Cooperação.

Em Fevereiro, foi assinado em Kinshasa, República Democrática do Congo, um Memorando de Entendimento para a implementação do Sistema Harmonizado de Regulamentos de Sementes na SADC pelos Ministros responsáveis pela Agricultura e Segurança Alimentar.

O Sistema Harmonizado de Regulamentos de Sementes na SADC visa, entre outras coisas, melhorar o comércio de sementes e aumentar a disponibilidade de sementes de alta qualidade para os agricultores da região.

O sistema facilita a circulação de sementes entre os países da SADC e fará com que mais variedades de sementes estejam disponíveis em toda a



A produção de cereais está a crescer em muitos Países da SADC

região. Também pretende integrar os pequenos e isolados mercados nacionais de sementes num grande mercado da SADC.

O sistema foi desenvolvido através de um processo de consulta e representa uma resposta directa dos Estados-Membros para a baixa disponibilidade e acesso limitado pelos agricultores da região aos principais insumos agrícolas.

A FANRPAN disse que o seu projecto de quatro anos, será direccionado aos agricultores de pequena escala que têm recursos limitados e enfrentam desafios

no abastecimento de sementes de alta qualidade

O objectivo geral do projecto é contribuir para a melhoria da segurança alimentar e redução da pobreza através do aumento da segurança e melhor preparação aos desastres na região da SADC.

Uma atenção especial será dada na execução a

na vel nacional com a FANRPAN a multiplicar as suas parcerias e ampliação do projecto em toda a região para incluir o COMESA a Comunidade do Leste Africano e todo o continente através da União Africana.

A FANRPAN diz que este é um projecto piloto em quatro países - Malawi, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue.

A Liberalização do comércio de sementes foi instituída para beneficiar os pequenos agricultores Africanos, melhorando a disponibilidade e o acesso de sementes. □

Ritmo global de desmatamento diminui: FAO

O RITMO mundial de desmatamento abrandou pela primeira vez, de acordo com um recente relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

O relatório da FAO diz que, com uma área total de floresta de cerca de quatro biliões de hectares, o mundo perdeu 13 milhões de hectares de florestas por ano entre 2000 e 2010 - abaixo dos cerca de 16 milhões por ano, no período 1990-2000.

"Pela primeira vez, somos capazes de mostrar que a taxa de desmatamento diminuiu globalmente como resultado de esforços concertados tomados a nível local e internacional", afirmou o Director-Geral assistente da silvicultura na FAO, Eduardo Rojas.

"Novas florestas estão sendo criadas, quer através da expansão das florestas ou mais

rapidamente através do plantio de árvores."

As florestas plantadas representam agora cerca de sete por cento das florestas mundiais, refere o relatório. Durante o período de 10 anos, a Ásia "registou um ganho líquido de cerca de 2,2 milhões de hectares por ano na última década, principalmente por causa dos programas de reflorestamento em larga escala na China, Índia e Vietname.

No entanto, Rojas advertiu que "a taxa de desmatamento é ainda muito elevada em muitos países e a área de floresta primária - florestas não perturbadas pela actividade humana - continua a diminuir."

As maiores perdas anuais foram registadas na América do Sul, que perdeu quatro milhões de hectares, e em África, que perdeu 3,4 milhões de hectares.

A área de floresta permaneceu estável nas regiões Norte e América Central, enquanto na Europa continuou a expandir, embora a um ritmo mais lento do que no passado. A FAO também destacou o facto de que a desaceleração está ajudando a reduzir as emissões de carbono. □



A taxa global de desflorestamento está a diminuir

Zâmbia firma um acordo de investimento de 3.6 biliões de dólares

A **ZÂMBIA** assinou com uma empresa privada chinesa, do ramo mineiro, um acordo de Promoção e Protecção de Investimento (IPPA) avaliado em 3.600 milhões.

O Ministro da Indústria e Comércio, Felix Mutati, assinou o acordo em nome do governo da Zâmbia, enquanto Presidente do Grupo de Mineração Zhongui, Yaohui Wang, assinou em representação da sua empresa.

Falando na cerimónia de assinatura, Mutati disse que o governo continuará empenhado em atrair mais investimento directo estrangeiro (IDE) no País.



Ouro e Cobre são alguns dos minerais da Zâmbia

Ele disse que é por isso que o governo tenciona aumentar o investimento, privilegiando os investimentos Sul-Sul, que inclui países como Índia, China e os do Médio Oriente.

Afirmou que a Zâmbia deve atrair mais investimentos chineses uma vez que este País se tornou no maior investidor, especialmente em países como o Reino Unido e os Estados Unidos da América.

O ministro acrescentou que os 3.600 milhões de dólares de investimento percorrerão um longo caminho para a criação de mais empregos para a população local e impulsionar o desenvolvimento nacional.

Ele elogiou a empresa chinesa por mostrar confiança em investir na Zâmbia,

quando muitas empresas em todo o mundo foram reduzindo investimentos e outras foram demitindo trabalhadores.

Mutati observou ainda que o governo iniciou algumas reformas para lidar com os desafios enfrentados pelos investidores no acto da realização de negócios no País.

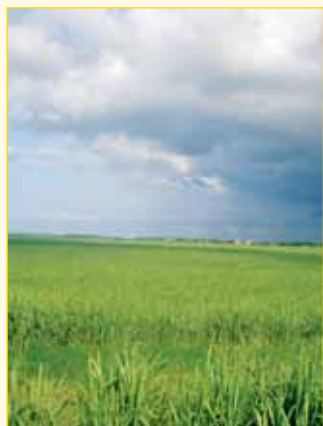
Zhougui elogiou o governo pela aprovação do IPPA, acrescentando que isso iria atrair mais empresas chinesas para o País.

Ele disse que a companhia se concentrará em cobre e outros minerais e criará empresas nas províncias do Noroeste da Cintura de Cobre. (ZANIS) □

A Meta para o Crescimento da Economia de Moçambique

O **GOVERNO** moçambicano definiu que este ano a taxa de crescimento económico será de 6,2 por cento, quase a mesma taxa de crescimento cento registada em 2009.

Apresentando o Plano Económico e Social para 2010 no parlamento de Moçambique, a Assembleia da República, o Primeiro-Ministro Aires Ali disse que o País vai exportar bens no valor de 2.142 milhões de dólares, o que seria um aumento de dez por cento sobre o valor de 2009.



A Agricultura vai contribuir para o aumento da agricultura em Moçambique

A meta do governo é restringir a inflação média anual não superior a 9,5 por cento.

A inflação em 2009 foi de 3,3 por cento, a menor desde a transição de uma economia planificada para uma de mercado iniciada em 1987. No entanto, este número foi reduzido em parte devido a um subsídio de combustível cujos preços atingiram o seu nível de Março de 2009.

O subsídio de combustível está sendo removido e o governo também tem os preços da electricidade. No entanto, Ali não acredita que isso levaria a uma inflação galopante.

O crescimento em 2010 será fortemente dependente da agricultura. A meta é um crescimento na produção agrícola de 11,9 por cento - mas este valor parece estar comprometido por causa da seca que atingiu grandes áreas do sul e centro de Moçambique.

A outra área importante de crescimento é a indústria extractiva.

O objectivo aqui é um salto de 41,7 por cento com base na exploração do gás natural, maior produção de minérios de

titânio a partir de areias pesadas de Moma, na província de Nampula, e do início das operações de mineração em grande escala do carvão na província de Tete.

A produção de electricidade poderá aumentar na ordem de 13,9 por cento, dos transportes e comunicações, 9,2 por cento (em

grande parte por causa da reconstrução da linha férrea de Sena entre Beira e da bacia de carvão de Moatize), os serviços públicos 11,9 por cento, e o comércio por 7,4 por cento.

A produção industrial poderá crescer 3,4 por cento, a pesca de 4,1 por cento, e a construção de 4,1 por cento. □

Os indicadores económicos continuam estáveis em Angola

OS INDICADORES da economia angolana em 2009 mantiveram-se estáveis, com uma taxa de crescimento real de 2,7 por cento, como resultado da expansão do sector não-petrolífero.

Esta informação está contida num relatório sobre a implementação das principais medidas de gestão macroeconómica e estruturais do ano.

Aprovado em Março pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros, o relatório mostra que o sector de petróleo sofreu uma contracção de 5,1 por cento.

A inflação acumulada em 2009 foi de 13,9 por cento (um pouco acima da estimativa de 12,5 por cento) e registou-se uma desvalorização acumulada da moeda nacional em 19 por cento no mercado informal de Luanda.

A Comissão Permanente aprovou um programa para as principais medidas de gestão macroeconómicas e estruturais para este ano e sua programação de execução de macroeconómicos, incluindo a programação financeira do Tesouro para o segundo trimestre de 2010. (Angola Press) □



Kavango-Zambeze será o maior parque transfronteiriço do mundo

A NOVA área de conservação que abrange cinco países da África Austral será o maior parque transfronteiriço do mundo.

Situado nas bacias hidrográficas do Okavango e Zambeze onde se convergem as fronteiras de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe, a Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango-Zambeze (KAZA TFCA) abrange uma área de cerca de 287 mil quilómetros quadrados.

Quando criado, incluirá um total de 36 áreas protegidas, como parques nacionais, reservas de caça, unidades de conservação da comunidade e áreas de gestão de caça.

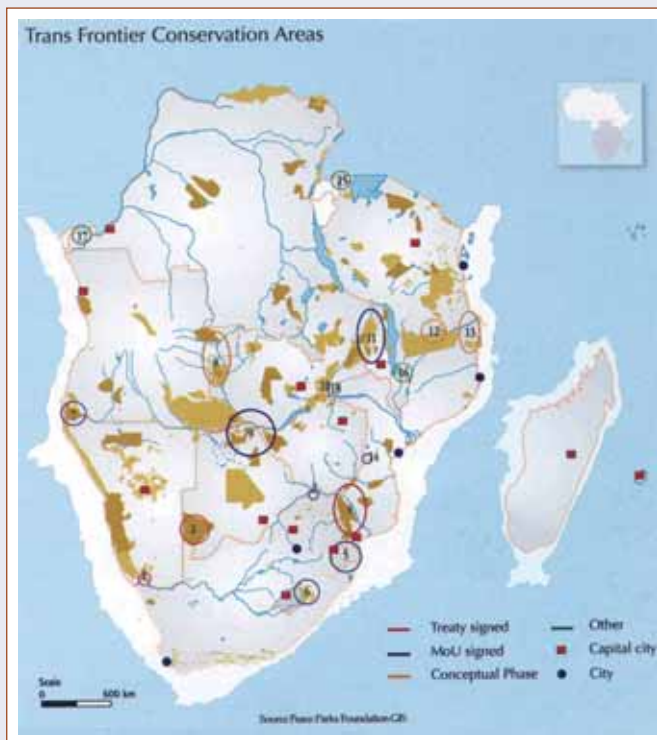
A área oferece inúmeras atrações como as Cataratas Vitória sobre o rio Zambeze, entre Zâmbia e Zimbabwe, pinturas San Rock em Botswana, e uma vasta população de fauna bravia da região.

Esta elevada concentração de atrações poderá criar uma variedade totalmente nova de oportunidades de turismo na África Austral, mas também oportunidades para o desenvolvimento socio-económico na região da SADC e uma maior integração entre os Estados-Membros.

A assinatura pelo Zimbabwe para o seu Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) representou outro grande passo para a criação da KAZA TFCA.

Para garantir que o projecto se torne uma realidade, os cinco países têm participado activamente nas consultas para estabelecer uma fundação sólida para o KAZA TFCA.

O primeiro grande passo foi iniciado em Dezembro de 2006, quando Ministros do Turismo e dos Recursos Naturais reuniram-se em Victoria Falls, Zimbabwe, para assinar um Memorando de Entendimento inovador para desenvolver a área de conservação.



Cada país participante iniciou desde, então, o desenvolvimento dos seus próprios componentes do plano de desenvolvimento integrado para garantir a boa execução do projecto.

O IDP serve como um resumo das necessidades e expectativas das partes interessadas em cada País.

Também forma a base do apoio que as agências como parques e autoridades de gestão dos animais selvagens dariam para a consecução dos objectivos da TFCA.

Como um documento de orientação geral e estratégica, o PDI pode ser usado como uma referência para um planeamento detalhado de iniciativas de conservação para os parques nacionais, áreas de safari, áreas florestais e áreas comuns.

A Zâmbia foi o primeiro País a desenvolver a sua componente do IDP, em Junho de 2008. O Zimbabwe completou o seu IDP, em Fevereiro de 2010, tornando-se o

segundo país participante a fazê-lo.

O Ministro Zimbabweano do Meio Ambiente e Recursos Naturais, Francis Nhema, disse que espera-se que os restantes países completem o seu IDP em breve, acrescentando que Angola registou progressos significativos nessa matéria.

O Botswana e a Namíbia farão o mesmo, preparando o caminho para um plano integrado de desenvolvimento

para toda a área antes da assinatura de um tratado internacional pelos cinco presidentes e, eventualmente, a abertura oficial do parque.

Nhema disse que os cinco presidentes assinarão brevemente o tratado que vai formalizar o KAZA TFCA.

Ele disse que o estabelecimento de áreas de conservação transfronteiriça deve garantir que as possibilidades do turismo na região se complementam mutuamente, acrescentando que tais atrações são comercializadas como um destino de eco-turismo regional comum. Representam uma opção muito mais atraente para os potenciais turistas que procuram uma gama de oportunidades e experiências dentro e fora da região.

A criação da KAZA TFCA poderá ser um novo marco para a África Austral reforçar os seus projectos regionais e promover um maior número de parques transfronteiriços na região.

Outros parques transfronteiriços já estabelecidos incluem o Grande Limpopo, que se estende de Moçambique, África do Sul e Zimbabwe, a Floresta do Maiombe que envolve Angola, Congo e República Democrática do Congo, e os Liuwa Plain / Mussuma, que inclui Angola e Zâmbia. □

Angola pretende melhorar a rede rodoviária até 2011

O TRÁFEGO rodoviário em Luanda deverá melhorar no segundo semestre de 2011, com a conclusão de um programa de reestruturação das estradas terciárias da capital do País em curso desde 2007.

O Secretário de Estado para a construção, Joanes André, revelou isto durante uma visita de avaliação do departamento de infra-estruturas rodoviárias.

Ele disse que as estradas a serem reparadas incluem a Luanda/Viana, Cacuaco/Viana, Luanda /Kifangondo e a Refinaria de Luanda, bem como os projectos de construção.

Angola tem nos últimos anos se empenhado na reconstrução nacional, após o longo período de guerra civil que terminou em 2002. (AngolaPress). □

CITES rejeita extensão da proibição do comércio de marfim

por Eglene Tauya

A **ÁFRICA** Austral conseguiu fazer pressão contra a proposta do Quênia e outros Países da África central e oriental a fim de prorrogar o período de proibição do comércio de marfim de nove a 20 anos.

A 15ª Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas, que teve lugar em Doha, Qatar, rejeitou uma proposta do grupo liderado pelo Quênia sobre as populações de elefantes Africanos no Botswana, Namíbia, África do Sul e Zimbábue.

O grupo propôs que nenhuma proposta adicional relativa ao comércio de produtos provenientes de elefantes Africanos, incluindo as propostas de desclassificação do Anexo I do Anexo II para as populações de elefantes, deverá ser apresentada ao COP para o período de COP 14 e terminou em 20 anos a partir da última data de venda única de marfim, que teve lugar em Novembro de 2008.

O Apêndice I é relativo a espécies ameaçadas de extinção que são ou podem ser afectadas pelo comércio internacional, enquanto as espécies Anexo II não são necessariamente ameaçadas, mas podem tornar-se a menos que o comércio internacional está sujeito a regras estritas.

Se a proposta tivesse passado, isso significaria o prorrogamento do prazo e considerar a possibilidade de um comércio de marfim de 2017-2028.

A CITES já havia permitido que Botswana, Namíbia, África do Sul e Zimbábue vendessem algumas unidades de marfim para o Japão, em 1997, 2002 e 2008.

Para esses países, poderia ser difícil empreenderem os esforços da conservação, no caso de uma extensão da moratória que foi imposta

porque as populações de elefantes marcadamente actual excede a capacidade dos países na reposição.

Por exemplo, segundo a Autoridade Zimbabueana de Gestão de Parques e Fauna Bravia, o país tem 100 mil elefantes e a capacidade de retenção é 45.000.

A outra proposta do Quênia e seus aliados, que é da eliminação de um parágrafo nos anexos da CITES que permite o comércio de pontas certificadas e esculturas de marfim incorporadas em jóias para fins não-comerciais na Namíbia e Zimbábue, também foi rejeitada.

A proibição significaria que o valor do marfim existente nos países se deterioraria progressivamente, enquanto os custos de manutenção continuam a subir.

Propostas separadas da República Unida da Tanzânia e da Zâmbia para a desclassificação dos elefantes do Anexo I do Apêndice II foram rejeitadas.

As reservas de marfim que as duas nações queriam vender resultam de mortes naturais ou do abate controlado de animais problemáticos.

A Tanzânia estava pedindo para vender quase 90,000 kg de marfim que renderia cerca de 20 milhões de dólares.

A sua proposta observa que a população de elefantes na Tanzânia passou de cerca de 55.000, em 1989, para quase 137 mil, de acordo com um estudo de 2007.

A Zâmbia queria vender 21,700 kg de marfim entre 4 milhões e 8 milhões de dólares.

Retirou um pedido para a venda de marfim e ofereceu um compromisso de permitir um comércio regulamentado em peças de elefante excluindo o marfim - um primeiro passo para as vendas no futuro.

Os dois países alegaram que suas populações de elefantes

tinham chegado ao ponto em que estavam a por em causa as culturas e matando pessoas, além de destruir os habitats de outros animais.

Acrescentaram que os impedimentos de venda das acções aumentariam a fúria para os animais, que são vistos cada vez mais como um perigo por parte das comunidades afectadas.

No entanto, a chave para a derrota das duas propostas foram preocupações apresentadas por muitos delegados e ambientalistas segundo os quais as vendas poderiam agravar um problema que alguns dizem que a caça furtiva está no seu nível mais alto desde que a proibição de marfim iniciou em 1989.

Acredita-se que alguns países secretamente rotularam presas de marfim caçadas como "mortalidade natural" para permitir a venda, um movimento que é uma violação directa das normas da CITES.

Ambientalistas elogiaram a decisão, que veio no mesmo dia em que os países chegaram a acordo sobre um plano de conservação para o rinoceronte Africano e da Ásia.

A proposta apresentada pelo Quênia para reforçar a resolução para acabar com o comércio ilegal de peças de rinoceronte e seus derivados, foi apoiada por países da África Austral, incluindo o Botswana, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue,

Os países cujos cidadãos estão implicados no comércio ilegal de chifres de rinoceronte comprometeram-se na conferência em acabar com o comércio ilegal no chifre do rinoceronte e decidiu apresentar um relatório em futuras conferências sobre os seus esforços para acabar com o comércio ilegal de peças de rinoceronte.



Comércio de marfim pode ser uma ameaça para a população de elefantes

Os delegados decidiram concentrar na aplicação da lei maior, a formação de guardas, melhor vigilância das fronteiras, vigilância reforçada do rinoceronte e campanhas de sensibilização nos países consumidores.

Actualmente a população mundial de rinoceronte negro é estimada em 4200 e a de rinocerontes brancos é de 17 mil, constatou a conferência.

Os Rinocerontes são caçados por causa dos seus chifres, principalmente para uso na medicina tradicional em algumas comunidades na Ásia e no Oriente Médio.

A CITES é um acordo internacional entre governos, cujo objectivo é assegurar que o comércio internacional de espécies de animais e plantas selvagens não ameace a sua sobrevivência.

Foi negociada em 1973, quando se percebeu que o comércio internacional de animais e produtos derivados de animais selvagens poderiam levar à sobre-exploração de certas espécies, ameaçando-as de extinção.

A 15ª reunião da Conferência das Partes da Convenção foi realizada de 13-25 de Março. A próxima conferência, a COP 16, está agendada para 2013 na Tailândia. □

Final da Copa do Mundo 2010 em futebol

Energia para o futebol

Governo Sul Africano diz que não haverá apagões durante a Copa do Mundo em Futebol

O VICE-PRESIDENTE sul-africano Kgalema Motlanthe assegurou que não haverá apagões durante a final de 2010 da Copa do Mundo em Futebol.

África do Sul tem sofrido graves cortes de energia nos últimos anos, especialmente desde o início de 2008 que afectam seriamente a indústria de mineração, mas Motlanthe está confiante de que as luzes vão permanecer acesas durante primeira a Copa do Mundo em futebol em África, marcada

para Junho e Julho, período que coincide com o Inverno e altura de maior procura de electricidade.

Respondendo a perguntas no Conselho Nacional de Províncias, Motlanthe disse que a Eskom assegurou ao governo e a FIFA que não haverá interrupções.

Motlanthe disse estar confiante de que as medidas já tomadas em todo o país permitirão uma boa gestão da procura de electricidade durante o evento.

Ele disse aos deputados que as reservas de carvão foram repostas e manutenção do programa de Verão está funcionando perfeitamente.

"Todos os estádios terão geradores a diesel. A rede de electricidade servirá como um suporte", disse Motlanthe.

"Estamos confiantes de que esses instrumentos, entre outros, permitirão ao país gerir a procura do consumo de electricidade durante o período invernal que coincide com a realização da Copa de 2010." (Sa2010.gov.za) □



Zâmbia fornece energia para a final 2010

ZÂMBIA CONCORDOU em fornecer energia adicional à África do Sul para evitar interrupções durante a Copa do Mundo de Futebol de 2010, anunciou a Empresa Nacional de Electricidade.

Esta medida surge em cumprimento da decisão regional tomada pelos ministros Responsáveis pela Energia na SADC, numa reunião realizada em 2009, no sentido de fornecimento de energia excedentária à África do Sul durante a final do campeonato do mundo em futebol previsto para Junho-Julho.

O Director Interino da ZESCO, Chitundu Cipriano, disse à televisão estatal ZNBC que a Zâmbia vai fornecer energia à África do Sul e a quantidade vai depender da capacidade excedente da Zâmbia e da procura na África do Sul.

"Nós apoiamos uns aos outros com a África do Sul (e) o que vai acontecer é que, quando eles precisarem de algum energia, seremos teremos que lhes dar essa energia", disse Chitundu.

"Mas eu também percebi que somos

limitados e, portanto, nós só vamos dar-lhes energia durante o período morto, quando não precisamos de tanta energia."

Ele disse que a decisão de exportar energia para a maior economia de África surgiu numa recente reunião realizada entre os dois países.

"Nessa reunião, mostramos-lhes o nosso compromisso de que seremos capazes de apoiá-los", disse ele.

A Zâmbia produz cerca de 1.400 megawatts (MW) de

energia eléctrica e consome uma média de cerca de 800 MW, mas a demanda aumenta para 1.500 MW no período de pico.

África do Sul, como a maioria dos países da África Austral, está enfrentando a escassez de energia que datam de 2007. No entanto, a região da SADC através do Grupo das Empresas de Electricidade da África Austral resolveu ajudar com o fornecimento adicional para garantir o sucesso deste importante evento. □

Visto único para seis países da SADC

UM GRUPO de seis países membros da SADC tomaram medidas para introduzir um visto único para os visitantes de fora da região que vêm para a final da Copa do Mundo na África do Sul.

Segundo a Secretária Permanente do Ministério do Turismo de Moçambique, Fernanda Matsinha, o visto faz parte da fase-piloto do Univisa SADC cobrindo inicialmente Botswana, Moçambique, Namíbia, África

do Sul, Swazilândia e Zimbábue.

O visto deverá ser introduzido em Junho para que os turistas que visitam a África do Sul para o Mundial de futebol sejam capazes de tirar proveito dele e visitar os estados vizinhos.

O Univisa visa destina-se a turistas da Europa e dos Estados Unidos, dando-lhes maior flexibilidade nas datas de entrada e saída de cada um dos países que participam no regime. (AIM) □



bol em solo Africano

África do Sul dominada por febre da Copa do Mundo

A **RECENTE** entrega do recém-construído do estádio da Cidadela do Futebol para o presidente da Câmara de Joanesburgo ilustra que a África do Sul está preparada para acolher a final da Copa da FIFA em futebol 2010 a partir de 11 de Junho.

O estádio, avaliado em 3.2 bilhões de Rands, será o palco da cerimónia de abertura, bem como dos primeiros jogos e da final da Copa do Mundo 2010.

FIFA: estádios estarão cheios

O **ÓRGÃO** regulador do futebol mundial, espera que participarão na fase final cerca de 95-97 por cento de espectadores na fase final do Campeonato Mundial de Futebol 2010 - semelhante aos números obtidos na Alemanha em 2006.

A FIFA está também confiante de que mais de 300.000 bilhetes reservados para o torneio serão vendidos antes do pontapé de sa da em 11 de Junho.

Com uma capacidade de mais de 90 mil pessoas, o estádio é classificado como o melhor da África e concorre com os melhores do mundo.

Os construtores do estádio disseram que sua conclusão provou aos críticos que estavam errados e que a África do Sul está pronta para receber milhões de fãs esperados para assistir a fase final do campeonato mundial de futebol.

Dirigindo-se aos meios de comunicação, em Zurique, o presidente da FIFA, Joseph Blatter, disse que a julgar pelas vendas de bilhetes e a excitação em torno da primeira Copa do Mundo em África, não há razão para definir números abaixo do que foi ocorrido na Alemanha.

Ele disse que mais de 200 mil bilhetes foram vendidos nos primeiros oito dias a contar da última fase de vendas.

"Se conseguirmos vender tantos bilhetes em oito dias, o que pode nos impedir de vender 300 mil nos próximos dias?"

Blatter, que desempenhou um papel fundamental para levar o torneio para a África, disse que o entusiasmo demonstrado pelos sul-africanos para o torneio nas últimas semanas tornou-o ainda mais confiante.

Milhões de sul-africanos têm valorizado a ocasião, participando em várias iniciativas destinadas a reforçar a imagem do país como uma nação de futebol amorosa.

Estes incluem a iniciativa Sexta-feira de Futebol, disse Blatter, que descreveu como "fenomenal" a campanha organizada pela Comissão Organizadora Local. (BuaNews) □

"Como uma cabaça Africana que conserva com segurança os alimentos e bebidas, este estádio inspirado na forma da cabaça segura tem capacidade para 90 mil pessoas que irão assistir ao jogo inaugural da Copa do Mundo", disse Roger Jardine, Chefe Executivo da Aveng Group, empresa que construiu o estádio.

De acordo com o comitê organizador de campeonato do mundo 2010, o estádio vai acolher, a partir de Abril, uma série de eventos-teste, incluindo uma série de jogos internacionais amigáveis com a África do Sul.

Grande concerto musical vai marcar o início da Copa do Mundo

ARTISTAS GALARDOADOS mundialmente como Alicia Keys, Black Eyed Peas, John Legend e Shakira tomarão parte no concerto que marcará o início da Copa do Mundo em Futebol 2010, a 10 de Junho, que é considerado o maior show de entretenimento em África.

Outros artistas que vão subir ao palco no Estádio Orlando em Soweto, na véspera do pontapé de sa da incluem os bem conhecidos artistas Africanos Amadou e Mariam, Angélique Kidjo e Vusi Mahlasela. O show poderá contar com lendas do futebol e celebridades.

O evento histórico da música deverá contar com uma multidão de 30.000 pessoas no estádio e será transmitido para milhões de telespectadores em todo o mundo.

O Secretário Geral da FIFA, Jerome Valcke, disse que eles estão felizes de ter um show dessa magnitude, com músicos talentosos a levantar a cortina para a primeira Copa do Mundo em África.



Além do primeiro e do último jogo do Mundial de futebol, a Cidadela do Futebol vai acolher pelo menos cinco jogos da primeira jornada, uma partida de segunda jornada e uma dos quartos de final.

Para garantir que o estádio não se torne um elefante branco após a Copa do Mundo, o município de Joanesburgo nomeou a empresa National Stadium da África do Sul para ger-lo.

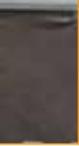
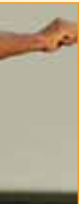
A empresa vai executar programas comunitários sobre HIV e SIDA, catering, gestão de segurança e de comissários de estádio em estádio. □

"É prova do poder universal e unificador do futebol e música, e vai começar a competição fora na nota de direito de celebração", disse.

A FIFA seleccionou o premiado produtor Kevin Wall e sua empresa Control Room para organizar e produzir o show.

Control Room já organizou grandes e complexos eventos do mundo, como o Live Earth 2007, que contou com mais de 150 artistas de sete continentes ao longo de 24 horas para aumentar a consciência sobre as mudanças climáticas.

Todas as receitas serão doadas para 20 Centros de 2010, a campanha oficial da FIFA 2010 FIFA, cujo objectivo é conseguir uma mudança social positiva através do futebol e da construção de centros em toda a África para oferecer serviços de educação, saúde e treinamento de futebol para comunidades carentes. (BuaNews) □



Companhias de petróleo da SADC necessitam de colaborar para garantir um abastecimento de combustível estável

O DEPARTAMENTO Sul Africano de energia exortou as companhias nacionais de petróleo da África Austral à colaborarem para garantir segurança de abastecimento de combustíveis na região, numa altura em que grandes companhias de petróleo se retiraram de alguns países.

As decisões da BP e da Shell de se retirar da comercialização e dos mercados de alguns países abriram oportunidades para as empresas petrolíferas nacionais surgirem como os principais intervenientes na actividade a jusante, o que inclui a venda e distribuição de produtos petrolíferos refinados.

Algumas empresas de petróleo retiraram-se de certas regiões a jusante para outras mais lucrativas a montante, onde as suas actividades incluem a recuperação e produção de petróleo bruto.

A BP no início deste mês anunciou a sua intenção de vender as empresas de marketing no Botswana, Malawi, Namíbia, Tanzânia e Zâmbia.

A empresa decidiu manter activos em Moçambique e África do Sul. Shell tem estado a retirar-se de diversos países africanos.

Falando numa Conferência sobre Petróleo e Gás, realizada recentemente na Cidade do Cabo, África do Sul, a Directora Geral do Ministério da Energia, Nelisiwe Magubane, disse que a alienação das empresas teve sérias implicações para a África Austral.

"Não será a altura das empresas petrolíferas nacionais, como a nossa própria PetroSA e Sonangol (Angola companhia nacional de petróleo), começarem a colaborar e olhar para as abordagens regionais face a estes desafios?", questionou.

"Não é altura correcta para agir no sentido de garantir segurança no abastecimento da região, apesar do enorme impacto dessas reiteradas?

"Nós, como uma região, precisamos começar a olhar para a infra-estrutura regional de petróleo e gás que vai além das nossas fronteiras".

Magubane disse que talvez fosse prudente construir infra-estrutura de petróleo, refinarias de gás e gasodutos regionais para reduzir o efeito da circulação de grandes caminhões nas estradas.

A PetroSA anunciou que a sua proposta de produção de 400.000 barris de petróleo bruto por dia, em Coega, excederá a

procura de combustível na África do Sul e a capacidade excedente será exportado para os países vizinhos.

Magubane confirmou que a África do Sul vai continuar a utilizar combustíveis fósseis.

"Se você lê os jornais, será perdoado por pensar que os combustíveis fósseis não têm lugar nas necessidades do nosso país.

"A realidade é oposta já que vamos trabalhar incansavelmente para garantir

Abastecimento de viaturas numa bomba de combustível

que utilizemos energias renováveis no nosso cabaz energético.

"Entretanto, nós, simultaneamente, continuaremos a utilizar combustíveis fósseis, uma vez que continuamos a procura de alternativas para podermos reduzir o impacto das emissões de gases com efeito de estufa." (Business Day) □

A África tem mais de 120 projectos de mercado de carbono

A ÁFRICA tem mais de 120 projectos de carbono no mercado em funcionamento ou em fase de planeamento em áreas que vão da energia eólica até aos sistemas florestais, indica um relatório recente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

No entanto, em comparação com o resto do mundo, o continente continua atrasado nesta matéria, com o potencial de energia limpa e verde largamente sub-explorado.

O crescimento em termos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto continua desigual.

As maiores economias como o Egipto e a África do Sul tem a maioria dos projectos de carbono no mercado, com 32 e 13, respectivamente.

No entanto, o Quênia e o Uganda estão a recuperar rapidamente. O número de projectos em fase de planeamento operacional subiu de dois, em 2007, para 15 e 12, respectivamente.

Muitos outros países africanos, como Camarões, Madagáscar, Mali e Zâmbia têm apenas um ou dois. A Guiné Equatorial e vários outros países não têm nenhum.

O Sub-Secretário-Geral da ONU e Director Executivo do PNUMA, Achim Steiner, disse que o crescimento dos mercados de carbono em África "são motivo de optimismo e de preocupação."

"Por um lado, o trabalho do PNUMA e uma série de outros parceiros na construção de capacidades, catalisando finanças e outras iniciativas de quebra de barreira, tem tido resultados num vasto leque de países".

"Mas, por forma a atingir alguns pontos percentuais do enorme potencial para a energia eólica, solar, biomassa e sistemas de resíduos em energia, precisamos de reforçar a nossa acção para enfrentar uma série de desafios", acrescentou.

Steiner disse que isso exige mais apoio de organizações como a ONU, dos bancos de desenvolvimento regionais e internacionais, de órgãos de financiamento e dos doadores.

No entanto, há também mais algo que os bancos privados nacionais e transnacionais e os governos podem fazer para investimentos em energia limpa através de empréstimos mais atraentes, políticas inovadoras e progressistas e

mecanismos de mercado inteligentes.

Steiner citou o caso do Quênia, onde a introdução de uma tarifa de injeção (um mecanismo de política destinada a incentivar a adopção de fontes de energia renováveis), rapidamente despertou curiosidade por um consórcio da instalação de uma grande fonte de energia eólica - um sistema de 300MW - na região de Turkana, no norte do país.

No âmbito do MDL do Protocolo de Quioto, as economias desenvolvidas podem compensar algumas das suas emissões em casa, investindo no desenvolvimento de projectos do país em áreas como as energias renováveis e sistemas de silvicultura.

Os projectos podem ganhar valor, créditos comercializáveis chamados Reduções Certificadas de Emissões (RCE), cujo valor está relacionado ao preço negociado de carbono.

Uma avaliação feita em toda a África, estima que em todo o mundo cerca de 4.900 projectos de MDL estão funcionando ou previstos - mesmo na maioria das grandes economias em desenvolvimento, como Brasil, China e Índia. □

Portugal entrega Cahora Bassa

“Com o dinheiro do passado, vamos construir o futuro”

O PRIMEIRO Ministro PORTUGUÊS, José Sócrates, anunciou que seu país pretende vender suas acções remanescentes na Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), empresa que opera a gigantesca barragem de Cahora Bassa no rio Zambeze.

Até 2007, o Estado Português que detinha 82 por cento da HCB, enquanto Moçambique detinha apenas 18 por cento, e os Administradores Portugueses eram maioria no Conselho de Administração.

Moçambique assumiu o controle da barragem em Novembro de 2007, quando adquiriu 67 por cento das acções de Portugal, por um preço de 700 milhões de dólares. Moçambique passa a deter 85 por cento das acções da HCB e Portugal 15 por cento.

Falando numa conferência de imprensa na cidade de Songo, perto da barragem, depois de visitar Cahora Bassa, Sócrates disse: "Sim, estamos pensando em vender as nossas acções na HCB, numa parceria entre empresas moçambicanas e Portuguesas.

Ele disse que não faz mais sentido para o Governo Português deter acções da HCB, e que a exploração será vendida por forma permitir que empresas moçambicanas e Portuguesas se tornem sócios.

"É importante que as empresas Português continuem associadas com a HCB", disse ele, "porque nós devemos desenvolver a HCB juntamente com os moçambicanos".

Durante a visita, o Ministro moçambicano das Finanças, Manuel Chang, e o Secretário Português de Estado do Tesouro, Carlos Pina, assinaram um acordo para concluir a aplicação do Fundo Português de Apoio ao investimento, um dos subprodutos da compra de Moçambique da HCB.

Do preço de compra das acções da HCB, o Governo Português vai manter retidos 124 milhões de dólares para criar o Fundo de Apoio ao Investimento, que também será utilizado para desenvolver projectos de energia alternativa baseada em fontes renováveis.

"Com o dinheiro do passado, vamos construir o futuro", disse Sócrates.

Durante sua visita de quatro dias a Moçambique, outros oito acordos foram assinados, incluindo uma linha dupla de crédito concedido através do Banco do Estado Português, a Caixa Geral de Depósitos, a partir de 200 milhões de Euros (cerca de 272 milhões de dólares) acordados em 2008 até 400 milhões de Euros.

Um acordo sobre a cooperação técnica na área militar, prevê assistência Portuguesa na criação de um

Instituto Superior de Estudos Militares em Moçambique.

Um protocolo entre os Ministérios moçambicano e Português da Cultura, reforça a cooperação nas áreas de teatro, música, dança, museus, arqueologia, arquivos e muito mais, enquanto que a cooperação entre os dois ministérios da Educação visa a criação de bibliotecas nas escolas moçambicanas e incentivar hábitos de leitura entre os alunos. (AIM) □

Botswana transforma em biogás para melhorar o acesso à energia

BOTSWANA ESTÁ a estudar formas de aproveitamento do biogás como fonte alternativa de energia para residências e indústrias em todo o país.

O Ministro dos Recursos Hídricos, Minerais e Energia, Ponatshego Kedikilwe, disse que o governo começou a explorar fontes de energia confiável através do Centro de Inovação da Indústria Rural (RIIC), criado em 1976.

Ele falava durante a demonstração de uma unidade de biogás em Lobatse.

"As energias renováveis têm sido consideradas de vital importância nos últimos tempos devido a um aumento da procura de energia em todo o mundo", disse, acrescentando que o biogás é o preferido em zonas rurais onde a lenha é muitas vezes fonte de energia primária.

Disse que o gás é mais barato, pois utiliza resíduos, como esterco de vaca, que está facilmente disponível, sem nenhum custo e não necessita de manutenção regular.

O ministro disse que o uso do biogás pode ajudar a preservar o meio ambiente e reduzir práticas como o desmatamento que contribuem para o aquecimento global.

"Utilizar o biogás evita a emissão de metano para a atmosfera, ao mesmo tempo que produz energia limpa contribui para a protecção do clima."

Ele disse que o biogás poderia melhorar a segurança do aprovisionamento e assegurar a auto-suficiência para o país.

A demonstração foi feita para ilustrar o uso prático de biocombustível. Há cinco fábricas de biocombustíveis em funcionamento para residências e uso comercial no Botswana.

Kedikilwe disse que estão em curso planos para a criação de uma outra unidade de biogás em Mabesekwa, para a Escola de Culinária e geração de electricidade.

O gás produzido na fábrica será canalizado directamente para a Escola de Culinária onde são usados fogões de biogás, enquanto alguns serão utilizados para por em funcionamento um pequeno gerador para fornecer electricidade para as salas de aula.

O gás também será usado para o funcionamento de um gerador de maior capacidade para fornecer electricidade para a iluminação de cerca de 100 famílias e 20 postes de luz durante quatro horas por dia nas noites. (Mmegi) □

Lançado sistema regional de comércio

OS PAÍSES da África Austral lançaram um sistema de comércio regional de energia mais competitivo que poderá impulsionar a troca de energia eléctrica em toda a região.

Coordenado pelo Grupo das Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), o sistema entrou em funcionamento em Dezembro de 2009.

Apenas cerca de cinco por cento de toda a energia comercializada na África Austral está no mercado de curto prazo, com preços fixados pelo vendedor e administrado pelo SAPP. O resto é trocado através de contratos bilaterais de longo prazo com taxas fixas.

Assim, o SAPP introduziu um sistema mais competitivo, onde os preços serão fixados com base na procura e oferta entre os serviços públicos nos países onde o SAPP opera. O novo sistema tem a capacidade de atrair mais intervenientes, incluindo os produtores independentes.

Um comércio de energia mais flexível e activo poderia se tornar um modelo para o resto do continente, onde há pouco comércio de electricidade. Isso poderia ajudar a África a enfrentar a aguda escassez de energia usando a capacidade excedentária disponível. □

SADC harmoniza sistema educacional

A **ÁFRICA** Austral deu mais um passo no sentido da harmonização do seu sistema de educação ao aprovar o desenvolvimento de um Quadro Regional de Qualificações.

O Quadro Regional de Qualificações (RQF), que iniciou há alguns anos, visa entre outras coisas, para permitir que os Estados-Membros da SADC comparem e reconheçam as qualificações obtidas na região.

A longo prazo, o estabelecimento de um sistema padronizado de ensino deverá



Estudantes universitários celebrando a graduação

promover uma maior integração regional, uma vez que facilitará a circulação de estudantes e profissionais na África Austral.

Reunidos recentemente em Kinshasa, República Democrática do Congo, os Ministros de Educação e Formação SADC, disseram que um relatório de progresso sobre o desenvolvimento do RQF será apresentado na próxima reunião, prevista para 2011.

Os ministros, no entanto, observaram que a mobilidade dos estudantes, especialmente no ensino superior em toda a região é bom, dizendo que alguns Estados-Membros já estão tratando os alunos da SADC como locais em termos de taxa de matrícula e acomodação.

Eles recomendaram que isto deve ser expandido para outras áreas para criar um ambiente propício para os alunos estudarem em qualquer lugar na região tal como preconiza o Protocolo da SADC sobre a Educação e Formação.

O Protocolo da SADC sobre a Educação e Formação, assinado pelos Chefes de Estado e de Governo em 1997, visa estabelecer um quadro jurídico e institucional para promover a integração regional em áreas prioritárias específicas da educação, formação, investigação e desenvolvimento.

Os ministros também consideram e aprovaram um relatório de progresso sobre a implementação do Plano Regional de Educação e Formação na SADC.

O plano integra as sete áreas prioritárias da Segunda Década do Plano de Acção e do Protocolo sobre Educação e Formação da União Africana, que visa garantir a educação para todos e promover a igualdade de género no acesso à educação.

"O encontro observou as principais tendências na oferta de educação e formação na região", disseram os ministros num comunicado, acrescentando que as principais reformas



empreendidas pelos Estados-Membros incluem a expansão do desenvolvimento infantil e aumentando a utilização de Aprendizagem Aberta e a Distância como uma estratégia de formação de professores.

No entanto, o encontro, observou que a região ainda enfrenta dificuldades com o acesso e equidade de género na educação infantil, ensino secundário, ensino técnico e profissional, entre outros.

Para resolver alguns dos desafios, a reunião aprovou cinco quadros políticos e estratégicos nas áreas de Gestão do Sistema de Informação de Educação, Aprendizagem Aberta e a Distância e Integração de Género.

Outras grandes decisões feitas na reunião são a necessidade de promover o uso da língua materna como meio de instrução nos primeiros cinco anos de ensino primário e que os Estados-Membros deverão incluir estatísticas sobre as instituições privadas de ensino nos seus dados.

Os ministros também disseram que o próximo estudo sobre o controlo regional do desempenho do aluno levado a cabo pelo Consórcio da África Austral para a Medição e Qualidade da Educação (SACMEQ) deve incluir questões da sustentabilidade ambiental.

A reunião dos Ministros da SADC responsáveis pela Educação e Formação decorreu de 15-19 de Março.

O Vice-Primeiro-Ministro da RDC, Simon Bulupy, Secretário Executivo Adjunto da SADC para a Integração Regional, João Samuel Caholo, foram alguns dos convidados que participaram nesta reunião de dois dias. □

Motlanthe: Educação é uma prioridade

VICE-PRESIDENTE DA África do Sul, Kgalema Motlanthe instou os países em desenvolvimento a continuar a trabalhar no sentido de aumentar as suas despesas no sector do ensino superior.

Falando na recente Conferência de Chefes Executivos Universidades da Associação da Commonwealth, Motlanthe disse que as universidades também devem se esforçar para produzir uma nova geração de estudiosos, pesquisadores e pensadores para estimular a democracia.

"As universidades devem promover o bem público, sustentando uma cidadania informada e activa, reduzindo a marginalização económica e a desigualdade, promovendo o avanço da ciência e da inovação, e garantir um avanço

qualitativo no desenvolvimento humano", disse.

Ele disse que as universidades, como centros para a busca do conhecimento e da excelência, são parceiros fundamentais no acompanhamento dos progressos para o Desenvolvimento do Milénio (ODM) e na procura de respostas inovadoras aos desafios identificados no processo.

"Nenhum desses objectivos pode ser alcançado, no entanto, se os nossos produtores de conhecimento não forem participantes activos no desenvolvimento de conhecimentos e valores necessários para o desenvolvimento sustentável".

Ele acrescentou que a insuficiência de universidades

afecta tanto o ensino e a pesquisa, mas os efeitos adversos são especialmente na área da investigação.

Afirmou que muitos governos de países em desenvolvimento não são capazes de prover o financiamento às universidades, porque muitas vezes eles têm de lidar com outras prioridades urgentes, como a prestação de cuidados de saúde, educação básica e serviços básicos.

"A África não pode alcançar o desenvolvimento previsto nos ODM, sem aumentar as taxas de participação, o aprofundamento da qualidade, e fazer crescer uma nova geração vibrante de pesquisadores que participam activamente com os desafios sociais, científicos e económicos da região", disse ele. □

Comissão sobre a Situação da Mulher

Quinze anos após a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, uma revisão

A COMISSÃO sobre a Situação da Mulher reuniu-se em Março, Nova York, para rever a implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Beijing (BPFA).

O processo de prestação de contas acordado na Quarta Conferência Mundial das Mulheres, em 1995, na China, exige que os Estados-Membros das Nações Unidas se reúnam para efectuar a revisão de cinco em cinco anos, com vista a harmonizar e remapear o progresso, em conformidade com as situações global e local.

A revisão regional da África de Beijing +15 destacou o progresso nas 12 áreas temáticas, e foi elaborada a partir de um inquérito realizado pela Comissão Económica da ONU para a África com as respostas de 41 dos 53 países africanos.

A pesquisa identificou a educação como um dos sucessos em África, devido em grande parte à instituição do ensino primário básico gratuito e obrigatório por parte de muitos governos.

Os governos também "fizeram tentativas de eliminar os obstáculos que impedem o acesso de rapazes e das raparigas à educação".

Embora haja progressos notáveis no nível primário, o cenário é misto nos níveis secundário e terciário, onde homens e mulheres enfrentam obstáculos na matrícula e retenção, refere o relatório.

As disparidades de género na matrícula e alfabetização estão a diminuir, mas ainda há muito por ser feito. As taxas de analfabetismo entre as mulheres continuam a ser elevadas em muitos países, e as disparidades entre homens e mulheres persistem.

As outras áreas revistas foram mulheres e a economia, saúde, violência contra as mulheres, governação, etc.

O relatório da África observou que um dos sucessos a nível sub-regional nesse período foi o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, assinado pelos Chefes de Estado e de Governo em 2008, e agora em processo de ratificação e de domesticação.

O protocolo foi ratificado pela Namíbia e Zimbábue, e precisa de ratificação de pelos 10 Estados-Membros antes da sua entrada em vigor.

Entre as principais questões discutidas na revisão de Março, em Nova York, figura o estado evolutivo e papel de mecanismos nacionais para a igualdade de género, bem como a orçamentação de género e de integração.

O relatório sobre uma sessão interactiva refere que "a criação de mecanismos nacionais para a igualdade entre homens e mulheres continuam a enfrentar dificuldades e desafios na implementação dos seus mandatos, incluindo a falta de recursos humanos e financeiros.

"Em alguns casos, os mecanismos nacionais são marginalizados dentro da estrutura governamental e sujeitos a mudanças frequentes nos ambientes organizacionais. A capacidade de coordenação, a compatibilidade e responsabilização permanece fraca e a falta de apoio político também limita a sua eficácia".

A discussão observou que "a disponibilidade de investigação, os dados desagregados por sexo e indicadores de género pode aumentar grandemente a implementação de políticas de desenvolvimento bem como a monitoria e avaliação eficazes.

"Organismos nacionais devem incentivar a recolha de dados e informações, e deve trabalhar mais estreitamente com os institutos nacionais de estatística no desenvolvimento de metodologias e para ampliar seu papel na garantia da disponibilidade de dados desagregados por sexo e outras variáveis".

Um documento entregue em Nova York pela especialista de género, Mary Rusimbi, que é presidente do Programa do Género na Tanzânia, refere que "a orçamentação sensível ao género tem sido cada vez mais reconhecida como uma importante ferramenta para a tomada de perspectiva do género acontecer ao nível das políticas (macro) económicas.

"Orçamentação sensível ao género é definida como uma aplicação da perspectiva de género no processo orçamental. Isso significa a realização de uma avaliação de orçamentos baseada no

género, incorporando uma perspectiva de género em todos os níveis do processo orçamental e da reestruturação das receitas e despesas, a fim de promover a igualdade de género".

Estados Membros da SADC com a legislação de violência doméstica

Botswana	Lei de Violência Doméstica 2007
Madagáscar,	um acto para punir a violência contra mulheres em 2000
Malawi	Lei da Prevenção de Violência Doméstica 2006
Maurício	Protecção contra a Violência Doméstica 1991
Moçambique	Lei Contra a Violência Doméstica 2009
Namíbia	Lei de Combate à Violência Doméstica 2003
África do Sul,	Lei Contra a Violência Doméstica 1998
Zimbábue	Prevenção da Violência Doméstica e Protecção das Vítimas a Violência 2007

Fonte: *Quinze anos de Revisão da Implementação da Plataforma de Acção de Beijing em África, 15 1995-2009, ECA Main Report, novembro 2009*

Rumo a 50/50 até 2015

Quadro Regional da SADC para acelerar o alcance da meta de 50% de representação feminina na política e cargos de decisão a todos os níveis até 2015

RELATIVAMENTE A outras regiões, a SADC está a cumprir de forma impressionante a meta desde a Conferência de Beijing em 1995, e os sucessos estão sendo usados como referência e lições para outras regiões.

No entanto, muito ainda precisa ser feito para traduzir os compromissos em prática.

Esta foi a conclusão de uma análise apresentada pela Oficial Sénior do Programa de Género da SADC na reunião dos Ministros responsáveis pelo Género e Assuntos da Mulher.

A análise observou que a evolução mais recente a este respeito foi a incorporação do objectivo 50/50 de representação feminina na política e nos cargos de decisão no Protocolo da SADC sobre o Género.

A situação das mulheres na representação política e de tomada de decisão, tal como apresentado na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em 2009, mostra que:

- ♦ África do Sul, ocupa a primeira posição na região em termos de representação de mulheres no Parlamento com 45%, e é o terceiro no ranking mundial, superado apenas pelo Ruanda, 56%, e Suécia, 47%.
- ♦ Angola registou uma grande melhoria na representação de género nas eleições parlamentares de 2008, quando o número de mulheres aumentou para 81, quase 37 por cento dos 220 assentos na Assembleia Nacional. Angola está entre os três melhores da região, atrás da África do Sul, 45% e de Moçambique, 37%, e à frente da Namíbia, 31%, e Tanzânia, com pouco mais de 30%.
- ♦ A nível ministerial, África do Sul lidera com 42%, enquanto o Lesotho e Angola têm ambos 32,2%. Para vice-ministros, o Lesotho tem uma representação feminina de 60%, África do Sul 39%, e Malawi e Moçambique, ambos com 30%.
- ♦ A região da SADC alcançou terceira maior cifra percentual de mulheres na política, a nível parlamentar, com 20%, um número só superado pelos países nórdicos, com 40,8% e das Américas, com 21,4%.
- ♦ A média de mulheres no parlamento da SADC é maior que a média mundial que é de 18,5%. A subsahariana é de 18,6%, Ásia, 18,4%, Pacífico com 15,2% e a dos Estados Árabes (9,1%) é a menor. □

SADC nomeia equipe de facilitadores para o Lesotho

A SADC nomeou uma equipe de facilitadores para trabalhar com o Conselho Cristão do Lesotho (CCL) na busca de uma solução duradoura para a situação política no país.

A Troika do Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC fez revelar o facto numa reunião realizada em Maseru, Lesotho.

A equipe de facilitadores e do CCL, entre outras coisas deverá produzir um roteiro sobre a maneira como o país poderá enfrentar os seus desafios.

"O roteiro deve ser apresentado ao Presidente do Órgão de Política, Defesa e Segurança [Presidente moçambicano, Armando Guebuza] ... e servirá de base para o acompanhamento dos progressos alcançados no âmbito do diálogo político pós-eleitoral", referiu a Troika num comunicado.

As principais questões controversas e como lidar com elas deverá constar no roteiro,

incluindo a partilha de responsabilidades entre as diferentes partes interessadas.

Espera-se que o roteiro também recomende um período para revisão da Constituição e da lei eleitoral, em preparação para as eleições gerais previstas para 2011.

O Lesotho mergulhou-se num impasse político após as eleições legislativas de Fevereiro de 2007, que viu vários partidos da oposição a contestarem a forma como os assentos foram atribuídos pela Comissão Eleitoral Independente.

O Lesotho usa o sistema eleitoral proporcional que combina elementos de outros dois sistemas de representação.

Um total de 80 assentos no parlamento de 120 membros são preenchidos usando sistema de representação proporcional e estão ligados aos círculos eleitorais específicos, enquanto os 40 restantes são preenchidos com o sistema de representação directa, a fim de garantir que o

número de cada parte dos assentos legislativos reflecta mais ou menos a sua proporção dos votos.

Nas eleições de 2007, a decisão do Congresso da Democracia do Lesotho (LCD) que esteve coligado com o Partido da Independência Nacional (PIN), ganhou 61 dos círculos eleitorais directamente disputados.

O seu principal rival, A Convenção de Todo o Basotho (ABC), que também entrou se coligou com o Partido dos Trabalhadores Lesoto (PLT), ficou em segundo lugar com 17 lugares. A aliança de partidos do Congresso teve um assento.

O LCD e a ABC fizeram acordos com pequenos partidos enquanto que os grandes partidos concorreram sozinhos e os partidos menores submeteram somente listas partidárias para os lugares de compensação, mesmo que essas listas também incluíssem membros do maior partido.

Nesse acordo, o PIN foi atribuído 21 lugares compensatórios dando a aliança 82 assentos na Assembleia Nacional, ou 68,3 por cento dos assentos, enquanto o LWP foi atribuído 10 assentos compensatórios dando a aliança 27 lugares ou 22,5 por cento dos assentos.

No entanto, vários partidos da oposição argumentaram que a Comissão Eleitoral Independente deveria ter tido em conta que os maiores partidos tinham feito uma coligação e deve ser tratados como tal.

A redistribuição de lugares nesta base fez com que o LCD / NIP perdessem um número de lugares e a sua maioria no parlamento foi reduzida.

Todas as outras partes ganhavam assentos. O ABC / LWP ganharia dois lugares e se tornaria o segundo maior grupo no Parlamento e alcançaria o estatuto de oposição oficial.

Outros partidos da oposição, incluindo o Lesotho New Freedom Party, que não está representado no parlamento, que também teriam ganho assentos. Um total de 19 partidos políticos participaram nas eleições de Fevereiro de 2007.

SADC disse que o povo de Basotho, independentemente das suas diferenças, deve comprometer-se no sentido de resolver os seus problemas através do diálogo.

"A Cimeira da Troika convida a todos os interessados para o diálogo político pós-eleitoral para assegurar a sua disponibilidade e participação plena no processo conducente a uma solução duradoura para os desafios enfrentados pelo país, colocando os interesses da nação Basotho no coração", referiu a Troika, acrescentando que iria continuar a ocupar-se com o diálogo político em curso. □

UA impõe sanções sobre o governo Rajoelina em Madagascar

A UNIÃO Africana impôs sanções ao líder do Madagascar, Andry Rajoelina, que tomou o poder do Presidente Marc Ravalomanana em Março 2009, durante manifestações públicas apoiadas pelos militares.

As sanções, que entraram em vigor a 17 de Março de 2010, incluem a proibição de viagem, congelamento de fundos e outros activos financeiros e recursos económicos, bem como o isolamento diplomático, contra Rajoelina e os principais membros do seu partido.

"A União Africana exorta a todos os Estados-Membros a alargar a sua cooperação para que a implementação dessas sanções."

Organizações multilaterais como as Nações Unidas e a

União Europeia também devem apoiar esta decisão e abster-se de quaisquer acções que possam minar os esforços da União Africana para restaurar a ordem constitucional em Madagáscar.

A crise política em Madagáscar ressurgiu o ano passado, quando Rajoelina tomou o poder do presidente Ravalomanana numa manifestação pública apoiada pelos militares, um método semelhante ao utilizado por Ravalomanana quando tomou o poder, alguns anos antes, das mãos do seu antecessor, Didier Ratsiraka.

Num esforço para resolver a situação, a SADC iniciou conversações de paz lideradas pelo ex-líder de Moçambique,

Joaquim Chissano, em que Rajoelina, Ravalomanana e outros dois ex-presidentes, incluindo Ratsiraka, concordaram em estabelecer um governo de transição para dirigir o país até a realização de novas eleições em 2010.

Todavia, a implementação deste acordo vacilou e a UA identificou Rajoelina como sendo o principal culpado - portanto, a imposição de sanções.

A União Africana disse que continuará a trabalhar em conjunto com a SADC e outras organizações regionais e internacionais para encontrar uma solução.

A SADC suspendeu o Madagascar em 2009. □

DIÁRIO DE EVENTOS

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADC HOJE Vol 12 No 3 Abril 2010

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Pesquisa e Documentação para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos media e outras entidades, com atribuição.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Leonissah Abwino-Munjoma
Clever Mafuta, Phyllis Johnson, Patience Ziramba

CONSELHO EDITORIAL
Head of Corporate Communications Unit, SADC
Leefa Penehupifo Martin

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2010

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

FOTOS AND ILUSTRAÇÕES
p1 Eskom; D Martin; T Ngwenya; P Ziramba; p4 www.gmb.com;
www.treeimages.com; p5 M Madakufamba; p6 D Martin;
p7 D Martin; www.sites.com; p8 www.sportinglife.com; www.wikimedia.com
p9 www.wikimedia.com; www.worldcup.com
p10 T Ngwenya, P Ziramba; p12 www.unc.org
p13 Economic Commission for Africa; p16 P Johnson

Subscreva Hoje

ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

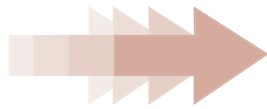
Centro de Pesquisa e Documentação para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net
www.sardc.net conhecimento para o Desenvolvimento

Graças as seguintes companhias aéreas...
Air Botswana, Linhas Aeres de Moçambique, Air Namibia,
South African Airways, Air Mauríus, TAAG Angolan Airlines
and Air Zimbabwe

SARDC
www.sardc.net
Knowledge for Development

Abril 13-16, Zimbabwe	Ministros da União Africana responsáveis pela Juventude Ministros responsáveis pela Juventude Africano reúnem-se para discutir as questões que afectam os jovens do continente, em preparação para a Conferência Mundial da Juventude em Agosto.
21, Malawi	Ministros do Turismo da SADC Ministros da SADC vão analisar o estado do turismo e programas conjuntos para a promoção, em preparação para o Campeonato Mundial de Futebol que vai decorrer em Junho-Julho na África do Sul.
27-29, Angola	Ministros da Energia na SADC Os Ministros de Energia da SADC reúnem-se para rever o programa de planeamento energético regional no âmbito da recuperação do roteiro de energia criado para enfrentar a escassez de energia que a região enfrenta.
29-30, Moçambique	Ministros do Emprego e Trabalho na SADC Ministros da SADC responsáveis pelo Emprego e de Trabalho reúnem-se para discutir questões pertinentes de trabalho na região. O encontro envolverá outras partes interessadas, incluindo os empregadores e os conselhos de trabalhadores e da OIT.
Maio 1, China	Exposição Mundial 2010 em Shanghai Abertura oficial da maior Exposição Mundial até à data, em Xangai, na China. Os Estados Membros da SADC participarão, através das empresas nacionais e em exposições e actividades culturais num pavilhão de África. Mais de 70 milhões de visitantes são esperados a partir de Maio a Outubro.
2-3, Tanzania	Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD V) Consultas sobre a TICAD entre o Japão e África facilita planeamento de programas, como o comércio, agricultura e desenvolvimento das infra-estruturas em África. A reunião anterior decorreu há dois anos no Japão.
4-5, Tanzania	Reunião de antigos movimentos de libertação Seis movimentos de libertação de Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia e Zimbabwe se Reúnem para rever a colaboração em curso com base na sua história comum de luta contra a dominação colonial e do apartheid.
5, Maurícias	Eleições legislativas nas Maurícias Os Mauricianos vão as urnas para escolher os novos membros do parlamento de 70 lugares, no qual 62 membros são eleitos por voto directo e oito são provenientes de uma lista de "melhores perdedores".
5-7, Tanzania	Fórum Económico Mundial para África Líderes Africanos e da comunidade empresarial internacional reúnem-se na República Unida da Tanzânia, para discutir os desafios e oportunidades.
6, Zimbabwe	Ministros da COMESA responsáveis pelo Género e Assuntos da Mulher Ministros da COMESA responsáveis pelos assuntos do Género e da Mulher reúnem-se para identificar estratégias concretas para o fortalecimento económico das mulheres empresárias, sob o tema "Aproveitamento de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento: Transpor a Divisão Digital do Sexo".
6-7, Angola	Parcerias de Infra-estrutura para o Desenvolvimento Africano (IPAD) O evento visa proporcionar um fórum para governos, empresas e organizações regionais e internacionais conhecerem e explorar as oportunidades para o desenvolvimento da infra-estrutura, comércio e investimento em África.
8-11, África do Sul	Feira do Turismo Indaba 2010 A exposição anual do turismo Indaba em Durban é a maior feira de turismo em África e apresenta atracções da África Austral para os compradores internacionais e agências.
10-13, Angola	Reunião de Ministros de Telecomunicações, Correios e TIC na SADC A reunião irá discutir infra-estruturas regionais e de outros projectos destinados a apoiar outros sectores como o turismo, comércio e indústria, e atrair investidores.
17-19, Quénia	Perspectiva Ambiental de África (AEO 3) A primeira reunião do Comité de Direcção irá rever os planos e directrizes para AEO-3, a ser publicado pela UNEP dentro de dois anos. O centro de colaboração regional para a África Austral é o SARDC IMERCSA.
20-21, Zimbabwe	Ministros da Água na SADC Ministros da SADC responsáveis pela água e recursos hídricos vão se reunir em Bulawayo para discutir a situação dos recursos hídricos na região.
Junho 11 Junho - 12 Julho, África do Sul	Final da Copa Mundial de Futebol 2010 A maior festa mundial do futebol decorrerá na África do Sul e será disputada por 32 equipas, incluindo seis da África. Esta é a primeira vez que a fase final será disputada em solo Africano.
29, Suíça	Fórum de Energia da África O fórum reúne especialistas em energia dos sectores público e privado para discutir propostas para o desenvolvimento do sector de energia do continente.

20 anos Independência



Namíbia 21 de Março de 1990

A REPÚBLICA da Namíbia, comemorou 20 anos de independência, a 21 de Março, com o tema "Uma nação visionária rumo a 2030".

O tema é uma referência ao principal objectivo da Visão Nacional 2030, que visa tornar esta nação altamente desenvolvida em 20 anos.

Diferentemente de outros países na região da SADC, os resultados das eleições na Namíbia são implementados no Dia da Independência, quando o Presidente eleito toma posse e anuncia seu Governo.

A Namíbia realizou eleições nacionais, em Novembro, e a maioria dos deputados recém-eleitos membros do Parlamento foram empossados a 19 de Março.

Dirigindo-se a uma enorme multidão no recentemente remodelado Estádio Nacional, o presidente Hifikepunye Pohamba recordou a história que conduziu à independência:

"Naquele dia histórico de 21 de Março de 1990, na sequência de uma luta prolongada e amarga de libertação nacional, conseguimos o nosso objectivo de emancipação política, quando hasteamos a bandeira da Namíbia livre, independente e soberana, e abaixamos a bandeira do colonialismo e do apartheid.

"O voto de liberdade e democracia foi, e continua a ser uma opção irreversível por todo o nosso povo. Vamos sempre lembrar os nossos heróis e heroínas que nos inspirou a luta pela liberdade e independência."

O actual primeiro-ministro, Nahas Angula MP, empossado no mesmo dia, disse em comunicado que "a nossa festa deve ser temperada pela humildade e respeito.

"Aqueles que derramaram o sangue pela nossa liberdade devem ter um lugar central na nossa memória colectiva. Devemos respeitá-los, construindo uma nação forte, unida, pacífica e justa.

Entre as conquistas da independência da Namíbia, destacou a paz, a educação e o desenvolvimento de infra-estrutura.

"Os nossos pais e mães fundadores nos legaram uma Constituição poderosa que convida a todos os cidadãos a se esforçar para alcançar a reconciliação nacional, e para" promover a paz, unidade e lealdade comum a um único Estado.

"Os 20 anos de paz e estabilidade foram alcançados porque todos nós valorizamos a reconciliação nacional".

Ele sublinhou que as comemorações devem ser temperadas com os desafios enfrentados pelo país, incluindo o subdesenvolvimento, a pobreza, desigualdade, o desemprego e doenças."

Dirigindo-se ao país depois de sua posse para um segundo mandato, Pohamba disse que a solidariedade internacional fez da Namíbia ser o sucesso que é hoje.

Ele saudou membros da Linha da Frente pelo seu apoio e solidariedade com o sofrimento dos namibianos. Os dois líderes sobreviventes dos Estados da Linha da Frente, o ex-Presidente Kenneth Kaunda da Zâmbia e Presidente Robert Mugabe do Zimbabwe, estavam presentes na cerimónia de independência, bem como as viúvas dos outros dois, incluindo Mama Maria Nyerere da República Unida da Tanzânia e Maria Eugénia Neto de Angola.

"A nossa nação agradecerá sempre o facto da independência da Namíbia ter sido conquistada sob a bandeira da solidariedade internacional, liberdade e justiça.

"Nós valorizamos o apoio diplomático e material que recebemos na altura em que necessitávamos... alguns nacionais dos Estados da Linha da Frente perderam suas vidas como resultado da guerra de libertação nacional ... mas os nossos irmãos e irmãs, mantiveram-se firmes e nunca vacilaram. Nós agradeceremos sempre."

Vários presidentes da região participaram, incluindo Robert Mugabe, e os do Botswana, RDC, Moçambique, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia, assim como Denis Sassou-Nguesso do Congo Brazzaville. Tomaram parte os ex-presidentes Ketumile Masire e Festus Mogae do Botswana, e Zanele Mbeki, esposa do ex-presidente da África do Sul, Thabo Mbeki.

Outros representantes de alto nível na cerimónia representaram vários outros países da SADC, bem como Cuba, Federação Russa, República Popular da China, Noruega e Finlândia.

Cuba e Finlândia têm ligações especiais com a Namíbia e foram representados ao mais alto nível. Tropas cubanas estacionadas em Angola apoiaram a defesa do país de invasões Sul Africanas, nomeadamente em 1975-76 e 1987, quando a batalha do Cuito Cuanavale foi um ponto de viragem. As tropas sul-Africanas atacaram campos da SWAPO no sul de Angola, com um brutal massacre especialmente em Cassinga a 4 de Maio de 1978, um dia agora comemorado como feriado nacional.

Zimbabwe Dia da Independência República Unida da Tanzânia Dia da União Dia da Liberdade da África do Sul

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Abril - Junho 2010

2 Abril	Sexta-feira Santa	Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
3 Abril	Sábado Santo	Zâmbia
4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação Dia Heróis	Angola Lesotho
5 Abril	Segunda Feira de Páscoa	Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Namíbia, Seicheles, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
	Dia da Família	África do Sul
	Lundi de Pásques	Madagáscar
7 Abril	Dia da Mulher	Moçambique
	Dia do Sheikh Abeid Karume	Tanzânia
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
19 Abril	Feriado Público	Zimbabwe
	Aniversário do Rei	Swazilândia
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Swazilândia
26 Abril	Dia da União	Tanzânia
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul
30 Abril	Dia da Juventude	RDC
1 Maio	Dia do Trabalhador	RDC, Lesotho, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zimbabwe, Angola, Botswana, Malawi, Madagáscar, Maurícias, Seicheles, Swazilândia, Zâmbia
4 Maio	Dia de Cassinga	Namíbia
13 Maio	Dia de Ascensão	Botswana, Lesotho, Madagáscar, Namíbia, Swazilândia
14 Maio	Dia de Kamuzu	Malawi
23 Maio	Domingo de Pentecostes	Madagáscar
24 Maio	Pentecostes	Madagáscar
25 Maio	Dia de África	Angola, Lesotho, Namíbia, Zâmbia
17 Maio	Dia da Liberdade	RDC
1 Junho	Dia Internacional da Criança	Angola, Moçambique
5 Junho	Dia da Liberdade	Seicheles
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
18 Junho	Dia Nacional	Seicheles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
29 Junho	Dia da Independência	Seicheles
30 Junho	Dia da Independência	RDC